

Governo edita MP 431/08, que altera salário e carreira docente ADUR-RJ retira indicativo de greve, mas permanece em luta por reivindicações históricas da categoria



Governo suspende MP 430, que concedia aporte orçamentário para o pagamento dos reajustes dos servidores públicos federais. Porém, a alteração salarial será garantida por Projeto de Lei, enviado ao Congresso Nacional em 27 de maio, em caráter de urgência.

Leia nas páginas 5 a 8

Informes do jurídico e nota da UNIMED

Costa Verde

Página 8

**Eleita a nova Diretoria do ANDES-SN e os 83 representantes do
Sindicato Nacional nas seções regionais - Páginas 3 a 5**

Cohn-Bendit pede desculpas

Mário Maestri*

Daniel Cohn-Bendit acaba de pedir às novas gerações que esqueçam o Maio Francês, já que não mais existiria o mundo contra o qual lutou há quarenta anos. Para não deixar dúvidas sobre o dito, pontificou que aquele “passado morreu” definitivamente, antes de sair em tour mundial para divulgar livro de entrevistas denominado inicialmente com o título lapidar de “Forget 68”. Negando a contemporaneidade de 1968, Cohn-Bendit associa-se com destaque ao esforço em reduzir aquelas jornadas a mera mobilização juvenil contra o mundo dos genitores. “Sessenta e oito foi a revolta dos jovens contra o mundo criado por seus pais [...] após a guerra, [...] rígido e conservador [...]”, pontificou o ex-militante do Movimento 22 de Março, da Universidade de Nanterre. Os novos direitos das mulheres, homossexuais, minorados etc. e a consciência ecológica de pós-68 teriam criado um mundo verdadeiramente novo, tomando anacrônicas lutas velhas de quatro décadas, inadequadas a sociedade que soube se recriar permanentemente.

Os sucessos de 1968 foram esforço de ruptura revolucionária da ordem capitalista e de construção de socialismo democrático e revolucionário que garantisse, nos limites das possibilidades históricas, a realização da humanidade. Foram movimentos de rebeldia com epicentros nos EUA, Itália e Alemanha Federal, que alcançaram ápice em 1968 na greve geral dos trabalhadores franceses, desmobilizada e liquidada pelo Partido Comunista Francês. Às jornadas de 1968 seguiram-se duríssimas lutas mundiais entre o capital e o trabalho, com confrontos memoráveis como os do Vietnã, Laos e Camboja; do Chile (1969-73); de Portugal (1974-76); da Nicarágua (1979-1990) etc. Enormes movimentos de insurgências pelo tsunami liberal-conservador que, sobretudo desde 1989, engoliu através do mundo, com fome pantagruélica, conquistas sociais obtidas nas décadas anteriores.

É precisamente a vigência das reivindicações, esperanças e experiências de 68 que enseja o esforço mundial, fortemente midiaticizado, por seu arquivamento definitivo. Projeto que se apóia fortemente em muitos dos então jovens protagonistas, daqueles sucessos conquistados sob a dura pressão da derrota histórica dos trabalhadores, pelas benesses, facilidades e seguranças garantidas aos que defendiam com destaque os privilégios contra os quais lutavam no passado.

Os grandes movimentos sociais são normalmente associados a indivíduos tidos como protagonistas excelentes, não raro por conseguirem orientar os sucessos que vivem segundo suas necessidades e tendências profundas. É quase automática a identificação de Marat e Robespierre à Revolução Francesa, de 1789; de Zapata e Pancho Vila à Revolução Mexicana, de 1910; de Lenin e Trotsky à Revolução Russa, de 1917; de Fidel e do Che à Revolução Cubana, de 1959. Há, porém, jornadas luminárias como a Comuna de Paris, de 1871, que passaram à história sem associação a indivíduos singulares, sobretudo como fruto dos esforços e sacrifícios de milhares de trabalhadores e populares, homens e mulheres – os communards.

Nos tempos atuais, ações multitudinárias são fusionadas a indivíduos, não raro por razões fortuitas e, cada vez mais, pelas necessidades da mídia, transformando-os, mais do que em líderes, em verdadeiros símbolos dos movimentos em questão. Foi o que de certo modo ocorreu com o Maio Francês, ligado fortemente às imagens de jovens como Daniel Cohn-Bendit, Alain Krivine e Jacques Sauvageot que, mesmo através de suas pequenas organizações, pouco ou quase nada influenciaram sucessos que transbordaram rapidamente os marcos da mobilização estudantil, ao serem abraçados fortemente pelas classes trabalhadoras e populares.

A fusão da história a indivíduos tende à qualificação da primeira a partir de atos privados ou públicos dos segundos: atos realizados eventualmente no calor dos sucessos, alguns anos após eles ou até mesmo décadas mais tarde. Essa visão ingênua dos sucessos sociais nasce da compreensão da história como produto da ação de homens providenciais, de naturezas transcendentais ao próprio devir histórico. Para tal percepção, para o bem e para o mal, as ações desses demiurgos contaminariam e definiriam os fatos históricos que eles teriam criado.

Não há razão para duvidar da honestidade da defesa, em 1968, de Daniel Cohn-Bendit, então com 23 anos, do socialismo libertário, quando era alimentado pela força da insurgência do estudantado e operariado francês. Por mais que isto incomode, não há também motivo de espanto na traição daquelas posições, sob a terrível constrição ensejada pela recomposição autoritária das instituições do grande capital, com força avassaladora sobretudo nas últimas duas décadas.

Em maio de 1968, Dany, dito ‘O Vermelho’ por seu socialismo radical e cabelos ruivos, atacava as instituições que balançavam sob a dura mobilização operário-estudantil-popular. Com o refluxo social que se impôs anos mais tarde,

a própria necessidade de manter o protagonismo que as jornadas revolucionárias lhe asseguraram contribuiu certamente para seu crescente acomodamento à ordem que antes combatia. Se em 68 Dany le Rouge pregava a revolução sobre as barricadas parisienses, hoje ele se esforça para reparar os arranhões feitos nas instituições que o alimentam, cercado pelas múltiplas secretárias e assessores que lhe cabem por direito como deputado e líder do bloco ecologista do Parlamento Europeu. O que, folga dizer, lhe garante igualmente salário que não envergonharia sequer a deputado brasileiro – 250 mil reais ao ano! Fora as tantas outras mordomias vencidas pelos defensores excelentes do grande capital.

A Cohn-Bendit faltou apenas a fibra moral e social para viver a sua vida, coerente com suas idéias, à margem dos holofotes e das benesses dos serviços do poder, como fizeram, através do mundo, centenas de milhares de atores, mais ou menos anônimos daqueles sucessos. Cohn-Bendit não praticou, porém, sozinho o ato de contrição interessado. Na França, foram importantes as defecções de lideranças e intelectuais soixante-huitards, como, entre outros, Alain Finkielkraut, Bernard-Henri Lévy e Stéphane Courtois, convertidos às maravilhas do elogio do capitalismo e do imperialismo.

Na Alemanha não foi diverso ao resto do mundo. No Partido Verde, Cohn-Bendit teve como acompanhante excelente outro líder estudantil de 1968 em Berlim, Joscha Fischer, que, para obter e se agarrar ao poder contra o qual lutara, chafurdou no sangue europeu ao participar como Ministro do Exterior do governo de Schröder (1998-2005), da agressão da OTAN, comandada por Bill Clinton contra a população sérvia.

Comandou assim a primeira intervenção da Wehrmacht fora da Alemanha após 1945, precisamente nos territórios de onde fora expulsa havia mais de meio século pela guerrilha popular comunista balcânica. Na época da agressão contra a Iugoslávia, Cohn-Bendit, que saltava do vermelho-negro do socialismo libertário para o verde-branco do ecologismo pacifista, defendeu disciplinado os bombardeios da OTAN que arrasaram aquele país como imprescindível “intervenção humanitária”.

Mário Maestri é doutor em História pela UCL, Bélgica. Professor de História da UPF. Esteve preso, em 1968, e viveu, como refugiado, no Chile e na Bélgica, de 1971 a 1977.

Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. Endereço: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537

Telefax: (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb).

Fotolito e impressão: Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** mil exemplares

Eleita a nova Diretoria do Sindicato Nacional

Entre os dias 13 e 15 de maio, ocorreram as eleições para a Diretoria do ANDES-SN. A Chapa ANDES-AD-Autônoma, Democrática e de Luta - única concorrente neste pleito, foi eleita por docentes que compareceram às urnas em todas as seções sindicais da base do Sindicato Nacional. A chapa é encabeçada pelos professores **Ciro Teixeira Correia (ADUSP)** para concorrer ao cargo de presidente, **José Vitório Zago (ADUNICAMP)**, para o cargo de tesoureiro, e **Solange Bretas (UFU)** para a secretaria geral.

Nas 116 Seções Sindicais do ANDES-SN, participaram do pleito um total de 13.866 docentes, que representam 20% dos 69.395 professores sindicalizados de todas as regiões do país. “Somos uma das poucas organizações nacionais que realizam eleições diretas para definir seus dirigentes. Por isso, consideramos importante que tenha sido expressiva a participação dos professores nesse momento de realização da democracia”, disse o presidente do ANDES-SN, **Paulo Rizzo** – que passará o cargo ao Prof. **Ciro Correia** e demais diretores do Sindicato Nacional, no próximo Conselho do ANDES-SN, em Palmas (TO).

A lista nominal completa está disponível na página eletrônica do ANDES-SN: www.andes.org.br

Resultado na ADUR-RJ

Chapa 1: 292 votos
Branços: 27
Nulos: 07
TOTAL: 326 votos

Resultado nacional

Chapa 1: 12.134 votos
Branços: 1.175
Nulos: 557
TOTAL: 13.866 votos

A ADUR-RJ agradece a todos os votantes nesta eleição para Diretoria do ANDES-SN. Também agradece o apoio de todos que colaboraram para o sucesso deste pleito. Juntos somos mais fortes! Sempre!

Velhos desafios para a nova Diretoria...

A intransigência do governo ao impor um acordo salarial válido até 2010; a quebra da isonomia entre os docentes do ensino superior e do 1º e 2º grau; a implantação do REUNI e dos IFETs, o assédio moral nas instituições públicas e particulares; as práticas anti-sindicais; a farra dos cartões corporativos; os escândalos envolvendo as fundações privadas; as reformas universitária, trabalhista, sindical e previdenciária; os episódios cada vez mais comuns de autoritarismo e violência nos campi universitários...

São muitos os desafios que se impõem a nova diretoria que irá assumir a direção do ANDES-SN no biênio 2008-2010. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior precisa estar fortalecido para enfrentar a conjuntura desfavorável e continuar sua política de defender a categoria docente e a universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Prof. **Ciro Correia (ADUSP)**, novo presidente do ANDES-SN, esteve em campanha na UFRRJ

No dia 29 de abril, o Prof. **Ciro Correia (ADUSP)**, então candidato à presidência do ANDES-SN pela única chapa concorrente à direção do Sindicato Nacional (biênio 2008/2010), esteve na Universidade Rural, em campanha.

Ele compareceu à Associação de Docentes da UFRRJ, acompanhado pela Profa. **Janete Luzia Leite (UFRJ)** – à época, candidata à segunda secretária da Regional Rio e pelo Prof. **Luis Mauro Sampaio Magalhães (IE/UFRRJ)**, que concorria como primeiro vice-presidente à seção Regional Rio – ANDES-SN. Todos foram recepcionados pela Diretoria da ADUR-RJ.

O Prof. **Ciro Correia** esteve com o Magnífico Reitor **Ricardo Motta Miranda**, e com a Profa. **Nidia Majerowicz**, Decana de Ensino de Graduação, apresentando as diretrizes da chapa ANDES-AD – Autônoma, Democrática e de Luta.

Em seguida, os professores **Ciro Correia** e **Luis Mauro Magalhães** visitaram várias unidades da UFRRJ, conversando com os docentes, divulgando as propostas da chapa, e referendando a importância da participação de todos os docentes filiados à ADUR-RJ S. Sind neste pleito.



ELEIÇÃO DO ANDES-SN

Professor da UFRRJ será o 1º vice-presidente na Regional RJ do ANDES-SN



Professor Luis Mauro Sampaio Magalhães, durante o 27º Congresso do ANDES-SN (GO, 2008), ao lado da Profa. Vera Jacob (ADUFPA) e do presidente do Sindicato Nacional, Prof. Paulo Rizzo (ADUFPR)

O Prof. Luis Mauro Sampaio Magalhães é o novo primeiro vice-presidente da Regional Rio, pelos próximos dois anos, substituindo a gestão que trazia a Profa. Irlete Braga da Trindade (docente aposentada pela UFRRJ e ex-diretora da ADUR-RJ) como tesoureira desta instância do Sindicato Nacional.

Graduado em Engenharia Florestal pela UFRRJ (1978), Prof. Luis Mauro Magalhães é Mestre em Ciências de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA (1983) e Doutor em Agronomia (Ciências do Solo) pela UFRRJ (1994). Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro desde 1990, quando logo filiou-se à Associação de Docentes da UFRRJ, foi também Diretor desta seção sindical durante três gestões (presidente, 1993-1995; 1º secretário, 1999-2001; 1º secretário, 2003-2005).

Tem atuado ativamente no Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS) do ANDES-SN, sendo coordenador deste GT da ADUR-RJ, e participado de Congressos, CONAD e reuniões promovidos pelo Sindicato Nacional. Em breve entrevista ao *ADUR Informa*, comenta a importância das seções regionais do ANDES-SN para a luta do movimento docente e reafirma a necessidade de se defender o Sindicato Nacional como o legítimo representante dos professores.

Adur Informa: Qual a importância das regionais do ANDES-SN para a luta política do movimento docente?

Luis Mauro Magalhães: O ANDES é um sindicato com uma estrutura muito interessante e que reforça os seus princípios de autonomia e de democracia. As Seções Sindicais, organizadas por local de trabalho, se constituem na base da entidade e atuam de forma consistente no seu cotidiano e através dos Congressos e CONADs (Conselhos do ANDES-SN). A Diretoria Nacional é constituída por um grupo com onze cargos nacionais, aos quais se somam doze vice-presidências regionais, cada uma com o primeiro e segundo vice-presidentes, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros. Esta Diretoria Nacional tem mandato de dois anos e sua eleição se dá pelo voto direto de todos seus filiados. As Vice-presidências Regionais foram criadas ao longo da construção do Sindicato e de acordo com as demandas do Movimento. Elas têm como atribuição representar o ANDES-SN na sua região, incluindo a assinatura de acordos de trabalho e representação em dissídios. Além disto, elas devem atuar na sindicalização dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) onde não exista Seção Sindical, bem como estimular e acompanhar a criação de S.SINDs. Neste sentido, podem desempenhar um papel importante na mobilização dos trabalhadores

docentes da sua região, facilitando a articulação como conjunto do Sindicato e com outros movimentos organizados.

AI: Na gestão passada, a Profa. Irlete Braga da Trindade participou da regional Rio do ANDES-SN como tesoureira. Agora, a ADUR-RJ, você será o primeiro vice-presidente. Como o fato de ter um representante da Associação de Docentes da UFRRJ na Regional do ANDES-SN pode agregar valores à luta política dos professores da Rural?

LMM: As associações docentes, mesmo que não trazendo o nome sindicato, já foram criadas com o perfil de entidades representativas dos trabalhadores docentes e empreendendo lutas ligadas à remuneração de seu trabalho e às questões que afetam a sociedade. Como uma categoria que tem uma ligação muito estreita com o produto de seu trabalho, os docentes sempre lutaram por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Quando o Movimento Docente optou por construir um Sindicato Nacional de base, ainda durante as lutas contra o regime militar, que se caracterizasse por instâncias radicalmente democráticas e que se pautasse pelas lutas e conquistas de classe, já ficava claro que a participação dos filiados deveria garantir a representatividade desta base em todos os seus fóruns. A participação de docentes das diversas Seções Sindicais na Diretoria e em particular nas Regionais, mantendo a proximidade entre estas instâncias e garantindo uma boa representatividade,

é um exemplo da reafirmação continuada daquela concepção. A ADUR não foge a esta regra. Sempre esteve presente nas Regionais, com companheiros(as) combativos(as) e que tiveram papel importante na condução do Sindicato. A importância desta atuação acontece nos dois sentidos: além de reafirmar a nossa responsabilidade com os rumos do Sindicato, ela enriquece e alarga a nossa visão. Passamos a ver as nossas lutas refletidas em outros locais, passamos a perceber com mais clareza a identidade de classe, passamos a exercitar muito mais a solidariedade. Esta participação se constitui na reafirmação de que o ANDES-SN é uma construção nossa e que não podemos abrir mão das responsabilidades geradas por esta decisão.

AI: Quais os próximos passos que a regional Rio levará adiante quanto a luta política dos professores?

LMM: A Chapa ANDES AUTÔNOMA, DEMOCRÁTICA e de LUTA deverá iniciar a gestão num contexto em que os sindicatos e outros movimentos estão vivendo um embate muito duro. Nos últimos anos o projeto que vem sendo imposto pelas chamadas forças de mercado e pelos governos se caracteriza pela redução e supressão de direitos, aumento da exploração dos trabalhadores, aceleração sem precedentes da degradação da natureza e criminalização dos movimentos sociais. O movimento docente se depara, por um lado, com o arrocho salarial e a precarização e desestruturação da carreira e, por outro, por um projeto de instituição de ensino

superior que se distancia cada vez mais de nossas bandeiras. Ao mesmo tempo em que nos obrigam a trabalhar mais, utilizando finais de semana e outras horas de descanso para cumprir metas de produtividade, que afetam salário e carreira, constroem uma universidade sem espaços para a reflexão e a crítica, cada vez mais voltada para os interesses mercantis. A apropriação dos meios institucionais e de comunicação é utilizada para consolidar a desesperança e a resignação. O “enquadramento” dos que vivem do trabalho é um passo fundamental para estes ataques e o nosso sindicato, neste aspecto, se constitui num espaço de resistência, onde os nossos projetos podem ser refletidos e construídos.

“A nossa energia reforça a mobilização da categoria e trabalha no sentido de ampliar a participação docente nas atividades e nas decisões de nosso Sindicato”.

Justamente por isso temos sido atacados com tanta ferocidade, através de expedientes vergonhosos. A criação de entidades de carimbo, denunciada com tanta contundência pela ADUNICAMP (disponível em www.adunicamp.org.br) é uma ilustração melancólica de como agem estas forças. Considerando isto, os passos para a luta continuam sendo os mesmos que fundaram o nosso sindicato: reforçar a representação de base. Com todas estas dificuldades, a única maneira de se opor a tanta virulência é ter os docentes informados e mobilizados. Assim, além dos encaminhamentos tirados pela base, no sentido de dar continuidade à luta contra as chamadas reformas Sindical, do Ensino Superior e da Previdência.

RECEITA DO MEC



Charge de Wilton Pontes (ADUFPE)

MP 431/08

Governo edita MP 431/08, que altera salário docente. GED será substituída por GTMS, RT e GEMAS

No Diário Oficial da União do dia 15 de maio, o governo federal editou duas medidas provisórias que têm impacto direto na carreira e no salário dos docentes. São elas: 1. Medida Provisória nº 430/08, que abre crédito extraordinário para atender a alteração salarial dos servidores públicos federais; 2. Medida Provisória nº 431/08, que concede reajustes e altera estrutura de remuneração do magistério superior, e que modifica o salário e reestrutura a carreira do magistério de 1º e 2º grau, que passa a ser denominada Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

FIM DA GED

A MP 431 extingue desde já a Gratificação de Estímulo à Docência – GED e introduz na estrutura remuneratória dos docentes do Ensino Superior uma **gratificação provisória**, a Gratificação Temporária para o Magistério Superior – GTMS, e duas outras permanentes, a Retribuição por Titulação – RT e a Gratificação Específica do Magistério Superior – GEMAS.

A GTMS terá efeitos financeiros retroativos ao mês de março de 2008. Já a RT e a GEMAS só passarão a valer a partir de fevereiro de 2009, quando serão extintas outras gratificações hoje pagas à categoria: a Vantagem Pecuniária Individual – VPI,

Gratificação de Atividade Executiva – GAE, a própria GTMS, criada a partir da MP, e o acréscimo de percentual de que trata o artigo 6º da Lei nº 11.334, de 8 de setembro de 2006.

Portanto, a partir do próximo ano, a estrutura remuneratória do salário dos docentes do ensino superior constará do vencimento básico, da RT e da GEMAS.

AMPLICAÇÃO DOS IFETs

A MP 431 prevê, também, que os docentes do ensino superior possam atuar, de forma provisória e pelo período consecutivo máximo de dois anos, nas Instituições Federais de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico vinculadas ao Ministério da Educação.

Para os docentes do 1º e do 2º grau, a MP prevê a reestruturação da carreira, conforme o governo havia deixado transparecer nas mesas de negociação, na qual o docente deverá ingressar por opção pessoal até agosto deste ano.

A estrutura remuneratória final desses docentes obedece a regra já traçada para os do ensino superior, com a seguinte diferença: *ao invés de receberem a GTMS, perceberão a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - GEDBT.*

SALÁRIO

Governo suspende MP 430, mas alteração salarial será garantida por Projeto de Lei. PL foi enviado ao Congresso dia 27/5

Pressionado pela bancada de oposição, o governo retirou do Congresso Nacional a Medida Provisória - MP nº 430/08, que abria o crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para custear a alteração salarial dos quase 800 mil servidores públicos federais, incluindo os docentes das instituições federais de ensino superior. Porém, no dia 27 de maio, o Projeto de Lei (PL) com o mesmo conteúdo da MP 430/08 foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) para, em seguida, ser votado em sessão conjunta do Congresso. ***O caráter de urgência determina que os deputados e senadores votem o PL em até 90 dias. O governo, entretanto, já anunciou que irá trabalhar para aprová-lo até 30 de maio para que as modificações salariais já sejam computadas nos salários de junho.***

Já a MP 431/08, que dispõe sobre alterações na composição dos salários dos servidores federais – dentre eles os docentes do ensino superior – e propõe a reestruturação na carreira dos docentes de 1º e 2º grau, entre outras providências, continuará tramitando no Congresso Nacional, na dependência da aprovação do PL que ainda será enviado ao parlamento.

O presidente do ANDES-SN, Prof. Paulo Rizzo, em entrevista ao *ADUR Informa*, disse que a alteração salarial está garantida, embora possa demorar um pouco mais. O Sindicato Nacional apreciará o tema nos dias 30 de maio e 1º de junho, em Brasília, durante o Encontro Intersetorial do ANDES-SN.

Com informações do ANDES-SN e da Agência Senado

SETOR DIZ NÃO À GREVE DOCENTE E APOSTA NA RECOMPOSIÇÃO DE FORÇAS PARA SEGUIR NA LUTA

Dia 15 de maio, no Rio de Janeiro, ocorreu nova reunião do Setor das IFES, que contou com a presença de representante de 15 seções sindicais da base do ANDES-SN. O Professor Lenício Gonçalves participou das discussões, como representante da ADUR-RJ. Na ocasião, ele informou aos presentes que a Associação de Docentes da UFRRJ havia aprovado, em Assembléia realizada no dia 6 de maio, a indicação ao Setor das IFES do dia 20 de maio para a deflagração da greve nacional dos docentes.

Explicou aos presentes que tal deliberação de assembléia levou em consideração o fato do último reajuste salarial dos docentes das instituições federais de ensino superior (IFES) ter sido fruto da última greve da categoria, em 2005. Naquele ano, a categoria obteve a criação da classe de associado e o aumento de 50% no incentivo de titulação para a carreira de ensino superior; a criação da classe especial e um aumento de 12% na tabela salarial para carreira do 1º e do 2º grau. Outro resultado da greve foi o aumento de 90 para 115 pontos na GED para os aposentados.

O Prof. Lenício Gonçalves disse ainda que os professores da ADUR-RJ estavam apreensivos, pois, para a concessão de qualquer alteração salarial ainda

este ano o governo teria como prazo o dia 30 de junho. Porém, durante a primeira quinzena de maio, o governo não havia indicado a possibilidade de as modificações salariais ocorrerem ainda em 2008.

Assim como a ADUR-RJ, apenas a seção sindical da Federal do Pará (ADUFPA) também havia deliberado por indicativo de greve com data. Os professores da ADUFPA propuseram 30 de maio como dia da deflagração nacional da greve, que, não vai mais acontecer.

A conjuntura política foi alterada no último dia 14 de maio, quando o governo publicou duas Medidas Provisórias no Diário Oficial (430 e 431/08), autorizando as alterações salariais para os docentes. A maioria concluiu que, diante do quadro de pouca mobilização nacional e do fato de o governo ter publicado a MP que autoriza as mudanças no salário docente, não há mais espaço para a construção da greve neste momento. Isso não significa que o ANDES-SN deixou de lutar. Ao contrário. Todos os professores foram unânimes em admitir que é preciso recuar, por enquanto, para recompor as forças e permanecer em luta por um reajuste salarial que realmente recomponha as perdas acumuladas nos últimos anos.

Medidas Provisórias

O Prof. Paulo Rizzo disse que a MP não atende os professores, sendo esta fruto do pacto anterior firmado entre governo e Proifes. Afirmou que o governo foi astuto ao simular algum ganho para os docentes, em curto prazo. Porém, uma análise mais aprofundada da tabela indica que, em janeiro de 2009, os professores poderão constatar, de fato, que a proposta do governo - embora apareça muito atraente porque é pouco clara e objetiva - não apresentará aumento significativo para a categoria.

Como encaminhamento da reunião do Setor, o ANDES-SN deve solicitar análises da MP 431/08 pelo GT Verbas e pelo GT Carreira, comparativamente à pauta de reivindicações do Sindicato Nacional; divulgar e esclarecer as conseqüências negativas da MP 431/08, comparativamente à proposta salarial do ANDES-SN, reiterando a luta pela abertura de negociações; aprimorar a comunicação com a base nos desdobramentos dos impactos da MP 431/08 para a vida dos docentes e das IFES. O Setor também elaborou uma nota apreciando as MP e as suas conseqüências para os professores, que reproduzimos abaixo:

NOTA DO SETOR DAS IFES

MP 431/08: entre o engodo do aumento salarial e a reestruturação compulsória da carreira dos docentes

Ao editar a Medida Provisória 431, em 14 de maio de 2008, o governo Lula dá por concluído o que denominou de um “inovador processo de negociação salarial” com 17 categorias de servidores públicos federais, dentre elas a dos professores das instituições federais de ensino.

Apoiado em um forte aparato de mídia, confunde os servidores federais e divulga para a população que concedeu significativos aumentos salariais para esses trabalhadores, tentando difundir a imagem de um governo capaz de inaugurar um sistema de negociação salarial, no qual a luta dos trabalhadores torna-se dispensável e a conciliação “por cima” apresenta-se viabilizada. No caso dos docentes, particularmente, os problemas advindos dessa estratégia governamental já haviam sido

denunciados pelo ANDES-SN (ver edições especiais de abril e maio do INFORMANDES sobre a campanha salarial).

Para compreender tal “inovador processo de negociação salarial” e as questões que se apresentam para a luta imediata em defesa da categoria, é preciso que se esclareça a lógica que orientou tal processo.

Primeiro: quebrar a política unificada dos servidores em relação à campanha salarial. Para isso, o governo contou com o auxílio do *neopeleguismo*, que se instalou em alguns sindicatos das categorias, dificultando a ação da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF e impondo negociações isoladas por setor. Nessas, ficou evidenciado o engodo da “negociação”, em



Charge de Amorim (ADURRJ)

que o governo, ao final, impôs suas propostas com o aval de seus aliados.

Segundo: exigir assinaturas de acordos dentro de prazos que inviabilizavam a discussão com as bases das categorias. Tais acordos são, na realidade, pactos que amarram as relações dos servidores com o governo, por prazos correspondentes aos períodos de uma gestão governamental, impedindo ou dificultando atualizações decorrentes de variações conjunturais.

Terceiro: conceder algumas respostas à demanda por reajustes salariais, mas condicionando-as firmemente a valores

preestabelecidos, muito aquém das justas demandas dos servidores, criando uma política que foge ao reajuste linear para as categorias e intercategorias, quebrando com isso a isonomia e fragilizando ou impedindo uma reação unitária dos trabalhadores.

Quarto: criar novas carreiras, a pretexto de atender à demanda de reestruturações, sem dar tempo às necessárias análises da categoria, impondo, além disso, opções individuais de adesão. Ou seja, desloca-se a discussão sobre a conveniência de criá-las - uma questão coletiva para além de interesses corporativos -, para o espaço da conveniência pessoal, mesmo assim limitada, porque aos servidores que por ela não

optarem não resta senão a alternativa de permanecerem numa carreira em extinção, com todos os prejuízos e riscos que isso representa, tais como, congelamento salarial e danos quando do ato da aposentadoria.

Quinto: quebrar a dignidade da categoria docente por meio de uma política de desvalorização salarial. Nesse sentido, basta lembrar que, ao tempo que tais ataques não se faziam presentes na intensidade dos de hoje, o salário de um professor titular, doutor, em regime de Dedicção Exclusiva era equivalente ao salário de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Hoje esse professor tem remuneração inferior a um terço da remuneração desse ministro.

Pontos negativos da MP 431/08

O Setor dos docentes das Instituições Federais de Ensino do ANDES-SN, reunido no Rio de Janeiro, dia 15/5, antecedendo o I Seminário dos Servidores Públicos Federais da CONLUTAS, em uma análise preliminar destacou, conforme quadro abaixo, que a MP 431/08:

ATENÇÃO:

Com a edição da MP 431/08 o governo afirma encerrar qualquer negociação até 2010.

1. Embute, sob o mote de reajuste salarial, uma reestruturação na carreira dos docentes de nível superior e cria nova carreira para os docentes do ensino básico. Ao contrário do que defende o Movimento Docente (MD) - carreira única, institui três carreiras.
2. Escalona o reajuste salarial até 2010, a fim de escamotear que ele não recupera a defasagem salarial, decorrente de perdas acumuladas, mantendo-se muito aquém do reivindicado pelo MD. Além disso, não estabelece cláusula que assegure correção inflacionária.
3. Mantém a política de gratificações ao eliminar a GED e instituir a Gratificação Temporária para o Magistério Superior (GTMS) a partir de 14/5/08, a qual será transformada em Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS) a partir de 1º/2/09.
4. Retira o percentual de titulação do vencimento básico, que será transformado em uma nova gratificação, a Remuneração por Titulação (RT), o que reforça a política de gratificações e impõe um brutal retrocesso na carreira docente.
5. Agrava a situação dos docentes do ensino básico com a exigência da assinatura de um termo de opção individual pela nova carreira.
6. Mantém a política de Vencimentos Básicos (VB) rebaixados, contradizendo a propalada disposição do governo de fortalecê-los. Exemplificando, durante todo o ano de 2008, o piso do VB dos professores continuará sendo de R\$ 147,00.
7. Desrespeita o princípio da isonomia ao estabelecer valores para titulação sem critérios objetivos por meio da Gratificação Remuneração por Titulação - RT. Atualmente, por exemplo, o título de doutor representa um vencimento básico, que é 75% superior ao de graduação em todos os níveis das tabelas salariais. A partir de 1º de fevereiro de 2009, a titulação deixa de compor o vencimento, tornando-se a gratificação RT, que, para o Adjunto 1, em regime de Dedicção Exclusiva, equivalerá a 157,53% do VB, para o Adjunto 4, 141,43% e, para o Associado 1, 191,59%.

Em síntese, o governo faz inicialmente um discurso positivo em relação a alguns pleitos dos servidores, mas, nos meandros do que é ajustado, impõe condições que negam ou vão diametralmente contra esse discurso.

Exemplo disso é o discurso de valorização do VB, imediatamente contraditado pela política de fortalecimento das gratificações. Outro exemplo é o atendimento à demanda pela extinção da GAE, ao impor como contrapartida a desvinculação dos incentivos de titulação do VB. Em decorrência, a base em que incidem os anuênios e ganhos pessoais é proporcionalmente reduzida. Ou seja, adota a política de dar com uma mão e retirar com a outra.

Nesse quadro, fica evidente que a tarefa colocada para o Movimento Docente se mantém: a reconquista da dignidade profissional dos docentes e do seu projeto de carreira. E isso, só será alcançado, com mobilização e disposição para assumir a luta.

Cabe à categoria, às assembleias de base e às instâncias democráticas de deliberação do ANDES-SN definir quais estratégias desenvolver, respeitadas as condições objetivas existentes para implementá-las.

*Nota do Setor das IFES,
de 19 de maio de 2008*

ADUR SUSPENDE ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE E RETIRA INDICATIVO DE GREVE

No último dia 20 de maio, a ADUR-RJ realizou uma assembléia para apreciar a seguinte pauta: 1) avaliação do indicativo de deflagração da greve; 2) avaliação da MP - 431/08; 3) assuntos gerais.

Os presentes, inicialmente, ouviram um relato do Prof. Lenício Gonçalves, que esteve representando a ADUR-RJ na última reunião do Setor das IFES. Ele informou a respeito do quadro de desmobilização nacional e explicou aos presentes que a reunião foi dedicada, principalmente, às análises preliminares das Medidas Provisórias nº430 e 431, recém editadas pelo governo federal. Os professores entenderam que a MP431 apresenta a mesma lógica das propostas anteriores do governo federal, e que ela não atende às reivindicações do Sindicato Nacional (vide o texto das páginas 6 e 7), tendo sido este o motivo pelo qual o ANDES-SN não assinou nenhum acordo com o governo no ano passado.

Diante dos novos fatos, os docentes retiraram o indicativo de greve aprovado em assembléias anteriores da ADUR-RJ, assim como suspenderam a Assembléia Geral Permanente da seção sindical. Contudo, destacaram que não é hora para acomodação ou apatia, mas sim, momento para buscar novas forças para dar prosseguimento à luta política. Apesar da retirada do indicativo de greve, os professores afirmaram que este momento é de reflexão, sem abandonar as bandeiras históricas que o ANDES-SN defende há mais de duas décadas.

Em seguida, a presidente do SINTUR, Sra. Ivanilda Reis, propôs aos presentes que fosse realizada uma reunião com os professores, técnicos e estudantes que participarão do Congresso da Conlutas, para avaliar a possibilidade de criação de um Grupo de Trabalho em Educação na Coordenação Nacional de Lutas. A proposta recebeu apoio dos presentes e a data será agendada entre as diretorias do SINTUR e da ADUR.

CALENDÁRIO

30 de maio a 1º de junho: 3º Encontro Intersetorial do ANDES-SN: “LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICALE ASSÉDIO MORAL”, em Brasília.

26 a 29 de junho: 53º CONAD do ANDES-SN com o tema “As lutas sociais e a defesa da universidade pública”, em Palmas (Tocantins). **O CADERNO DE TEXTOS DO 53º CONAD já está disponível no site do ANDES-SN. Acesse: www.andes.org.br**

3 a 6 de julho: I Congresso Nacional da Conlutas, em Betim (Minas Gerais).

7 e 8 de julho: Encontro Latino-Americano e Caribenho de Trabalhadores - “Muitas Vozes, uma só Luta” (Conlutas), em Betim (Minas Gerais).

Na Assembléia da ADUR-RJ do dia 6 de maio, destacou-se a importância da ADUR-RJ participar do Congresso da Conlutas, principalmente porque o ANDES-SN filiou-se à esta Coordenação, que tem assumido papel protagonista nas lutas da classe trabalhadora. Os representantes da ADUR-RJ, aprovados em assembléia, participarão do evento. São eles: Luis Mauro Magalhães, Frederico Falcão, Rômulo Garcia Andrade, José dos Santos Souza, Ana Cristina Souza dos Santos (todos efetivos).

UNIMED

Comunicamos aos professores conveniados ao Plano de Saúde Unimed Costa Verde que a Comissão de Saúde da ADUR-RJ conseguiu negociar o reajuste de 7%, retroativo a maio. Por contrato, este reajuste seria de 9,10%, conforme IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado).

Assim, a parcela referente a maio (7%) será cobrada em duas vezes, nos meses de junho e de julho (7%+3,5%).

Estamos à disposição para esclarecer possíveis dúvidas.

Comissão de Saúde/ADUR-RJ S. Sind.

Errata

No AI 106, de 25.04.08, onde se lê:

Capa: Aluta pelo fim das fundações privadas (...) nas universidades públicas (...). Leia: (...) nas universidades públicas. **Página 8:** Dia 14 de outubro, a ADUR-RJ organizou (...). Leia: Dia 14 de abril.

A Assessoria Jurídica da ADUR-RJ informou ao Gerente Operacional da Associação, Sr. Ricardo Andrade da Cruz, o seguinte:

28,86% - “Quanto ao processo da diferença de 28,86%, os autos foram retirados de Cartório pela AGU em 03/03/08, com prazo de 30 dias para trazerem aos autos as fichas financeiras encaminhadas pelo DP há algum tempo. A AGU (Advocacia Geral da União) esteve em greve por longo tempo, sendo que as atividades foram regularizadas na segunda quinzena de abril; estaremos peticionando, requerendo intimação da AGU para devolução do processo com as respectivas fichas financeiras”.

Solicita-se aos professores abaixo listados que compareçam à ADUR-RJ.

Assunto: Insalubridade

Cássia Campbell Machado
Cristina Maria Barra
Dilma Alves Costa
Generoso Manuel Chagas
Gerson Luiz Vieira Coelho
Getúlio Almeida de Mendonça
Gilberto Garcia Botelho
João Sebatião de P. Araújo
José Francisco Crespi Coll
José Roberto Bretas da Silva
José Roberto Nossar da Silva
Laerte da Cunha Azeredo
Lenita Sobral do Nascimento
Lídia Bronze Pace
Maria da Conceição E. Vianni
Maria de Lourdes de A. Rodrigues
Maria Diane da Silva Mendonça
Shirley de Oliveira Carvalho
Sueli Pontes de Fábio
Suzete Maria Micas de J. Albieri
Tânia Regina D. Cardoso
Ubirajara Contro Malavasi
Umberto V. de Andrade
Vinícius Rezende Ribeiro